


Triunfo | CONCEBRA

BALANÇO ANUAL 2018

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
 CNPJ/MF nº 18.572.225/0001-88

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2018

1. Aos acionistas

É com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra" ou "Companhia") relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. A Companhia

A Concebra é uma empresa 100% nacional que possui como principal acionista a Triunfo Participações e Investimentos. Administra 1.176,5 kms de rodovias que vão de Brasília (DF) até Betim (MG). São 630,2 quilômetros da BR-060 e da BR-153, desde o entroncamento com a BR-251/DF até a divisa do estado de Minas Gerais com São Paulo, somados a 546,3 quilômetros da BR-262, que vão do entroncamento com a BR-153/MG ao entroncamento com a BR-381/MG.

Dentre os principais investimentos da concessão estão a duplicação de 647,8 quilômetros na BR-153/MG e BR-262/MG, a construção de um contorno em Goiânia na BR-153/GO e a implantação de terceira faixa entre Anápolis e Goiânia no estado de Goiás. O prazo de concessão é de 30 anos, a ser concluído em 2044.

Em 05 de setembro de 2014 a Concebra iniciou a operação da rodovia, oferecendo socorro médico e mecânico acionado pelo 0800 060 6000 e também atendimento em 24 SAUs – Serviço de Atendimento ao Usuário – espalhados a cada 50 quilômetros oferecendo sanitários, fridário, local de descanso e informações para o motorista.

Após verificação dos pré-requisitos para início da cobrança de pedágios, a ANTT emitiu Resolução nº 4.747, de 11 de junho de 2015, autorizando o início das atividades das 11 praças de pedágios, estabelecidas nas Rodovias BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, a partir do dia 27 de junho de 2015 a 0h.

3. Desempenho Econômico Financeiro

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Atualmente, a Companhia trabalha com outras alternativas que visam a continuidade do contrato, como a possibilidade de revisão quinzenal por parte da ANTT, como principal alternativa para o projeto, conforme prevê a Resolução ANTT nº 1187, de 09 de novembro de 2005, alterada pela resolução nº 2554, de 14.02.08, a qual estabelece:

"A ANTT promoverá reavaliações dos contratos de concessão, no que se refere a obras e serviços, a cada cinco anos, contados regressivamente de seus respectivos termos finais, de forma a analisar eventuais ajustes necessários à prestação do serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, sempre preservando o equilíbrio econômico-financeiro."

Portanto, a Administração da Companhia e sua Controladora entendem que estas ações poderão, a depender da forma definida pela agência, trazer o necessário reequilíbrio contratual de forma a permitir a continuidade normal de suas operações e cumprimento dos compromissos assumidos no contrato de concessão.

O patrimônio líquido da Companhia foi de R\$287.169 em 31 de dezembro de 2018, comparativamente aos R\$329.007 registrados em 31 de dezembro de 2017. Representado pelo capital social de R\$ 380.000, prejuízos acumulados de R\$142.281 mil e adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$49.450. O endividamento bruto da Companhia (composto por empréstimos e financiamentos captados pela Companhia), em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1.011.996, e em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R\$944.813, em função dos juros incorridos sobre os recursos do empréstimo de curto prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES"). No dia 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A indefinição sobre a composição dos bancos públicos que fariam o repasse de parte dos recursos aprovados, bem como a súbita, inesperada e arbitrária inadimplência movida pelo BNDES a coligada da Controladora (CONCER) resultaram, no vencimento do empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016 e inadimplência da Companhia. A dívida líquida da Companhia (composta por empréstimos e financiamentos captados pela Companhia líquidas do caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras da Companhia) em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$996.521, e em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R\$929.029.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 3,47, a qual condiz com as características dos segmentos de operação da Companhia, enquanto em 31 de dezembro de 2017 a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 2,82.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital circulante líquido da Companhia foi negativo em R\$1.070.046 enquanto em 31 de dezembro de 2017 o saldo era negativo em R\$925.163, em função do empréstimo ponte com o BNDES que está no curto prazo, cujo vencimento ocorreu em 15 de dezembro de 2016, e consequentemente a inadimplência da Companhia.

Os índices de liquidez corrente (representado por Ativo Circulante/Passivo Circulante) da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 corresponderam, respectivamente, a 0,03 e 0,04.

b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro 2017 era composta de 17% de capital próprio e 83% de capital de terceiros, enquanto em 31 de dezembro de 2017, era composta de 21,0% de capital próprio e 79,0% de capital de terceiros.

A diretoria da Companhia entende que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida financeira líquida sobre o patrimônio líquido, está adequada para a natureza das atividades desenvolvidas. Entende-se por dívida nesse contexto, os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia.

c) Níveis de Endividamento e características das dívidas:

Empréstimos e Financiamentos

A Companhia está em tratativas finais junto ao BNDES para firmar um acordo de reperfilamento dessa dívida, entre as condições, está a avaliação das partes quanto as cláusulas aplicáveis, dentre essas a possibilidade de isenção das multas e dos juros moratórios, que representam, aproximadamente R\$ 220 milhões. A partir de junho/19, com total quitação da dívida com os bancos fiadores BB e BDMG, a Concebra passará a destinar a amortização ao BNDES, no mesmo percentual da retenção da receita bruta (27%) destinada, até então, ao BB e BDMG. Vale informar ainda que, nessa mesma ocasião, as garantias hoje em favor dos bancos fiadores (Direitos Emergentes da Concessão e Recebíveis), passam a ser oferecidas ao BNDES.

Na tabela abaixo, em milhares de reais, os principais endividamentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

ENDIVIDAMENTO (em mil R\$)					
BANCO	OPERAÇÃO	DÍVIDA TOTAL	TAXA MENSAL	Saldo 31/12/2018	Saldo 31/12/2017
BNDES	Empréstimo ponte	702.089	TJLP + 2% a.a.	952.059	773.772
BB	Ponte	125.535	CDI + 2,5% a.a.	28.732	89.889
BDMG	Ponte	75.134	CDI + 2,5% a.a.	17.212	53.962
BDMG	Cédula Bancária	25.000	CDI + 5,25 a.a.	13.338	24.457
Santander	Finame	2.653	6% a.a.	655	2.653
Safra Arrendamento Mercantil	Leasing	2.710	14,04% a.a.	-	80
TOTAL		933.121		1.011.996	944.813

A Companhia vem reduzindo suas obrigações junto aos seus fornecedores, sendo que até o final do ano de 2019 haverá somente compromissos com prazo médio de 30 dias.

Fornecedores

	2018	2017	Δ
Construção Civil	4.690	6.639	-29,36%
Aquisição do Intangível	679	1.396	-51,36%
Manutenção de frota	431	1.045	-58,76%
Manutenção e Conservação	418	198	111,11%
Projetos	258	2.642	-90,23%
Serviços de Operação	3.919	2.560	53,09%
Serviços de Transporte	117	110	6,36%
Provisão para juros/multa de mora	2.100	1.804	16,41%
Provisão de despesas	242	226	7,08%
Outros	960	1.395	-31,18%
Total	13.814	18.015	-23,32%

Obrigações Tributárias

Por meio dos programas de parcelamento das dívidas tributárias PERT e PRT, a Companhia regularizou o cenário das dívidas de anos anteriores e em 2019 será quitado o saldo remanescente demonstrado abaixo do PRT:

PIS	COFINS	IRRF	CSLL	Total
124	571	46	164	905
124	571	46	164	905

d) Receita operacional líquida (1,26%)

A receita operacional bruta da Companhia em 2018 é composta em 79,96%, pela arrecadação de pedágios e outras receitas, e 20,04% pela receita de construção.

As receitas de pedágios estão sujeitas ao regime cumulativo e aos seguintes impostos, COFINS-3%, PIS-0,65% e ISS-5%, já as receitas acessórias são tributadas pelo regime não-cumulativo, representando COFINS(7,6%), PIS(1,65%) e ISS (5%). Estes impostos estão representados como deduções da receita bruta.

	2018	2017	Δ
Arrecadação de pedágio	387.202	385.482	0,45%
Receita de construção	97.029	93.050	4,28%
Outras receitas	20	-	100%
Deduções da Receita Bruta	(33.453)	(33.344)	0,33%
Receita Operacional Líquida	450.798	445.188	1,26%

e) Custos dos serviços prestados e de construção(-2,78%)

No exercício de 2018 houve um decréscimo de 2,78% em relação ao ano de 2017, impulsionado pela desaceleração do andamento das obras de ampliação e melhoria da capacidade da rodovia, principalmente pela duplicação, por conta da não contratação do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES, além disso, em razão da expectativa para a possibilidade de reprogramação dos investimentos, ao amparo da revisão quinzenal.

	2018	2017	Δ
Custos Operacionais	(317.089)	(326.169)	-2,78%
Custo dos serviços prestados	222.519	235.477	-5,50%
Custo de construção	94.570	90.692	4,28%

f) Despesas operacionais (-14,62%)

Em 2018, as despesas operacionais diminuíram 14,62%, causado pela redução da amortização e despesas com prestação de serviços. Em relação à amortização, trata-se de uma reclassificação entre custo e despesa com amortização entre os períodos, ou seja, em 2018 houve um menor volume de gastos de itens classificados como despesa e consequentemente um maior volume classificado como custos. Além disso, houve ações internas para redução de custos com prestação de serviços.

continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

	2018	2017	Δ
Despesas Operacionais	(27.258)	(31.927)	-14,62%
Despesas administrativas	(12.812)	(14.614)	-12,33%
Salários e encargos sociais	(8.734)	(9.229)	-5,36%
Remuneração dos administradores	(3.625)	(3.928)	-7,71%
Amortização	(2.087)	(4.156)	-49,78%

g) Resultado financeiro (5,10%)

As receitas financeiras em 2018 referem-se aos rendimentos de aplicações financeiras, bem como descontos obtidos em negociações junto aos fornecedores. Com relação às despesas financeiras, o acréscimo ocorreu devido às provisões de multa e juros de inadimplência referente aos empréstimos.

	2017	2017	Δ
Resultado Financeiro	(204.983)	(195.030)	5,10%
Receitas financeiras	537	444	20,95%
Despesas financeiras	(205.520)	(195.474)	5,14%

h) Lucro líquido do exercício (-8,65%)

	2018	2017	Δ
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	(64.588)	(70.703)	-8,65%
Constituição da Reserva Legal (5%)	-	-	-100%
Lucro (prejuízo) Base de Dividendos	(64.588)	(70.703)	-8,65%
Reserva de retenção de lucro	-	-	-100%
Absorção de reserva de retenção de lucro	64.588	70.703	-8,65%
Saldo à disposição dos acionistas	-	-	N/C

Goiânia-GO, 27 de março de 2019

Conselho de Administração

Carlo Alberto Bottarelli - Presidente do Conselho
Ana Cristina Solheid da Costa de Carvalho – Conselheiro(a) Efetivo
João Villar Garcia – Conselheiro(a) Efetivo

Diretoria Executiva Estatutária

Odenir José Sanches – Diretor Presidente
Daniel Severo Amaral- Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
Ricardo Junqueira Victorelli – Diretor de Engenharia e Operações

Contador(a)

Aline A Rodrigues - CRCGO-019099/O-5

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.475	15.784
Clientes e operações a receber	5	15.511	15.025
Impostos a recuperar		162	177
Adiantamentos diversos	6	955	1.862
Despesas antecipadas	7	1.568	1.937
		33.671	34.785
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	162	1.083
Depósito judicial		1.249	721
Impostos e contribuições diferidos	23	102.780	68.672
Intangível	9	1.470.056	1.489.782
Intangível em construção	9	49.706	-
Outros créditos		1.100	1.100
		1.625.053	1.561.358
Total do ativo		1.658.724	1.596.143

Passivo

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores	10	13.814	18.015
Empréstimos e financiamentos	11	1.011.341	853.870
Obrigações trabalhistas	12	10.573	9.975
Obrigações fiscais	13	25.084	29.556
Arrendamento mercantil		655	2.078
Contas a pagar - partes relacionadas	8	37.898	42.897
Outras obrigações	14	4.352	4.657
		1.103.717	961.048
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	-	88.210
Arrendamento mercantil		-	655
Provisões para demandas judiciais	24	3.808	3.448
Provisão para manutenção	15	237.607	188.188
Impostos e contribuições diferidos	23	26.423	25.587
		267.838	306.088
Patrimônio líquido	16		
Capital social		380.000	380.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		49.450	26.700
Prejuízos acumulados		(142.281)	(77.693)
Total do patrimônio líquido		287.169	329.007
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.658.724	1.596.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído evidenciado por ação em reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receitas operacionais líquidas	17	450.798	445.188
Custo dos serviços prestados e de construção	18	(317.089)	(326.169)
Resultado bruto		133.709	119.019
Despesas operacionais, líquidas:			
Administrativas	19	(12.812)	(14.614)
Salários e encargos sociais	20	(8.734)	(9.229)
Amortização		(2.087)	(4.156)
Administradores	21	(3.625)	(3.928)
Outras receitas operacionais, líquidas		672	1.573
		(26.586)	(30.354)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		107.123	88.665
Resultado financeiro, líquido:	22		
Receitas financeiras		537	444
Despesas financeiras		(205.520)	(195.474)
		(204.983)	(195.030)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(97.860)	(106.365)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	33.272	35.662
		33.272	35.662
Prejuízo do exercício		(64.588)	(70.703)

Prejuízo básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (em R\$) **16.b** (0,169) (0,186)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	(64.588)	(70.703)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(64.588)	(70.703)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	380.000	(6.990)	200	373.210
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	26.500	26.500
Prejuízo do exercício	-	(70.703)	-	(70.703)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	380.000	(77.693)	26.700	329.007
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	22.750	22.750
Prejuízo do exercício	-	(64.588)	-	(64.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	380.000	(142.281)	49.450	287.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(64.588)	(70.703)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Margem de construção	(2.459)	(2.358)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33.272)	(35.662)
Amortização	43.779	25.258
Provisão para manutenção e AVP	49.419	48.801
Juros e multas sobre empréstimos e financiamentos	188.978	178.521
Juros sobre obrigações fiscais e fornecedores	1.585	5.512
Provisão para demandas judiciais	360	1.515
Variação nos ativos e passivos:		
Cliente e operações a receber	(486)	(6.974)
Impostos a recuperar	15	(49)
Depósitos judiciais	(528)	(721)
Despesas antecipadas	1.290	1.567
Outros valores a receber	907	1.326
Fornecedores	(5.081)	(5.030)
Obrigações sociais e trabalhistas	598	1.484
Obrigações fiscais	(5.177)	2.608
Contas a pagar partes relacionadas	(4.999)	4.656
Outras obrigações	(305)	350
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	170.036	150.101

continua...



...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Adições ao ativo intangível	(71.300)	(62.873)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(71.300)	(62.873)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.750	26.500
Captações através de empréstimos e financiamentos	-	3.319
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(113.226)	(68.678)
Pagamento de juros e remunerações sobre empréstimos e financiamentos	(8.569)	(28.750)
Partes relacionadas	-	(9.223)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(99.045)	(76.832)
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(309)	10.396
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.784	5.388
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.475	15.784
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(309)	10.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)**

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas	484.924	480.105
Receita de pedágio	387.202	385.482
Receita de construção	97.029	93.050
Outras receitas	693	1.573
Insumos adquiridos de terceiros	(237.270)	(280.682)
Custos dos serviços prestados	(131.306)	(177.978)
Custos de construção	(94.570)	(90.692)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.394)	(12.012)
Valor adicionado bruto	247.654	199.423
Amortização	(44.108)	(25.258)
Valor adicionado líquido consumido	203.546	174.165
Valor adicionado recebido em transferência	537	444
Receita financeira	537	444
Valor adicionado total a distribuir	204.083	174.609
Distribuição do valor adicionado	204.083	174.609
Pessoal	52.704	42.241
Remuneração direta	41.907	31.880
Benefícios	8.434	7.910
F.G.T.S.	2.363	2.451
Impostos, taxas e contribuições	9.065	4.805
Federais	(10.294)	(14.509)
Estaduais	27	31
Municipais	19.332	19.283
Remuneração de capitais de terceiros	206.902	198.266
Juros	205.520	195.474
Aluguéis	388	493
Outras	994	2.299
Prejuízo do exercício	(64.588)	(70.703)
Prejuízo do exercício	(64.588)	(70.703)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Informações sobre a Companhia

A Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Goiânia, Goiás e possui como acionista a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR 153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, nos termos do Edital de Concessão nº 004/2013 – com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Ao final da concessão a Companhia não fará jus a qualquer indenização, todos os bens da concessão ou investimentos nela realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão, financiados com capital dos acionistas e de terceiros.

Para a execução dos serviços conforme o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), a concessionária conta com 24 bases operacionais que prestam serviços de atendimento ao

usuário, 02 postos de pesagem veicular, 12 bases da polícia rodoviária federal, 06 lotes de manutenção e conservação e 11 praças de pedágio ao longo de 1.176,50 km da rodovia. Os trabalhos iniciais foram executados nos 12 primeiros meses, com serviços de recuperação do pavimento, sinalização horizontal e vertical, elementos de proteção e segurança, canteiro central e faixa de domínio, drenagem e OAC (Obras de Arte Correntes), OAE (Obras de Arte Especiais), sistema elétrico e de iluminação e reformas das edificações existentes.

Após verificação dos pré-requisitos para início da cobrança de pedágios, a ANTT emitiu Resolução nº 4.747, de 11 de junho de 2015, autorizando o início das atividades das 11 praças de pedágios, estabelecidas nas Rodovias BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, a partir do dia 27 de junho de 2015 a 0h.

No dia 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A indefinição sobre a composição dos demais bancos públicos que fariam o repasse de parte dos recursos aprovados, bem como, a súbita, inesperada e arbitrária inadimplência movida pelo BNDES à coligada da controladora (Concer) resultaram, no vencimento do empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016 e inadimplência da Companhia.

A Companhia está em tratativas finais junto ao BNDES para firmar um acordo de reperfilamento dessa dívida, entre as condições, está a avaliação das partes quanto às cláusulas aplicáveis, dentre essas a possibilidade de isenção das multas e dos juros moratórios, que representam, aproximadamente R\$ 220 milhões. A partir de junho/19, com a total quitação da dívida com os bancos fiadores BB e BDMG, a Concebra passará a destinar a amortização ao BNDES, no mesmo percentual de retenção da receita bruta (27%) destinada, até então, ao BB e BDMG. Vale informar ainda, que nessa mesma ocasião, as garantias, hoje em favor dos bancos fiadores (Direitos Emergentes da Concessão e Recebíveis), passarão a serem oferecidas ao BNDES.

A Companhia vem cumprindo o acordo celebrado com os bancos BB (Banco do Brasil) e BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) e liquidará em Junho/19, a dívida financeira que possui com esses bancos (repassadores), cuja origem foi uma parte do empréstimo ponte liberado pelo BNDES e repassado através desses dois bancos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta prejuízo no exercício de R\$64.588 e capital circulante negativo de R\$1.070.046, provenientes, quase que exclusivamente, da atualização da dívida do financiamento de curto prazo (ponte) junto ao BNDES. A partir do acordo de reperfilamento da dívida com o BNDES, ajustando as taxas de correção e a exclusão das multas e juros moratórios, o resultado da Companhia passará a ser positivo, gerando lucro contábil.

Conforme mencionado na Nota 11, a Companhia possui fiança corporativa, penhor, recebíveis e aval da Controladora como garantias do empréstimo.

O segundo importante direcionamento estratégico da Companhia para a continuidade do contrato firmado com o governo federal, é a revisão quinzenal por parte da ANTT, que estão em tratativas aceleradas, aguardando apenas o consenso dos órgãos de controle e Governo Federal para a formatação final dos termos dessa revisão.

Ambas tratativas, repactuação da dívida com o BNDES e Revisão Quinquenal, são fundamentais para a continuidade da Concebra. A Revisão Quinquenal está prevista pela Resolução ANTT nº 1187, de 09 de novembro de 2005, alterada pela resolução nº 2.554, de 14.02.08, a qual estabelece:

“A ANTT promoverá reavaliações dos contratos de concessão, no que se refere a obras e serviços, a cada cinco anos, contados regressivamente de seus respectivos termos finais, de forma a analisar eventuais ajustes necessários à prestação do serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, sempre preservando o equilíbrio econômico-financeiro”.

Portanto, a Administração da Companhia e sua Controladora entendem que estas ações poderão, a depender da forma definida pela agência e demais órgãos, trazer o necessário reequilíbrio contratual de forma a permitir a continuidade normal de suas operações e cumprimento dos compromissos assumidos no contrato de concessão.

Investigações envolvendo a Controladora da Companhia e outras subsidiárias

No dia 22 de fevereiro de 2018, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social de sua Controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Controladora”) e nas sedes sociais de suas subsidiárias Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte (“Econorte”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Tibagi”). A ordem judicial foi emanada da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, por meio da 48ª fase da Lava Jato, denominada Operação Integração.

No dia 01 de março de 2018, o Conselho de Administração da Triunfo instituiu um Comitê Independente para coordenar as providências para a instauração de uma investigação dos eventos reportados quanto ao mandado de busca e apreensão. O Comitê Independente contratou o escritório Maeda, Ayres e Sarubbi Advogados para iniciar os trabalhos de investigação e conta com dois Conselheiros Independentes da Triunfo e um terceiro membro independente com ampla experiência no mercado de capitais.

No dia 26 de setembro de 2018, a Polícia Federal cumpriu novo mandado de busca e apreensão na sede social da Triunfo e na sede social da Econorte. A ordem judicial teve origem na 23ª Vara Federal de Curitiba, sendo denominada como Operação Integração II, em continuidade à investigação iniciada em 22 de fevereiro de 2018.

O novo mandado de busca e apreensão teve como fundamento suspeita de fatos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas rodovias federais concedidas pelo Estado do Paraná, incluindo a Econorte. As investigações estão apoiadas em acordos de colaboração premiada firmados com o Ministério Público Federal por réus e demais colaboradores da primeira fase da Operação Integração.

A Triunfo e suas subsidiárias Econorte e Rio Tibagi têm atendido a todas as informações solicitadas pelas autoridades competentes. Os trabalhos de investigação do Comitê Independente permanecem em andamento na data de divulgação destas demonstrações financeiras. A Concebra não possui nenhum fato que possa ser relacionado às atividades ora investigadas relativas à TPI e Econorte, cujo espectro de investigação é anterior ao início das atividades da Concebra (jan/2014).

2. Bases de preparação**2.1. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras****a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente, elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

continua...



...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

2.2. Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Políticas contábeis

3.1. Reconhecimento de receita

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, serão registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado são mensuradas e registradas baseada no estágio de conclusão da obra realizada em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os gastos com infraestrutura da concessão são contabilizados como custo da construção na demonstração do resultado do exercício, servindo de base para a apuração da receita. Havendo terceirização de obras, a receita de construção é apurada com base na margem determinada, sendo calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

Receitas acessórias

Corresponderão às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas por tipo de receita	
	Pedágio	Demais receitas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%	5,00%

As receitas serão apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria MT nº 164 de 24 de abril de 2014 e do Ato Declaratório Executivo DRF/Brasília nº 67 de 25 de junho de 2014. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável).

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo com base na perda esperada, decorrente desses eventos. Em 2018 não houve registros relacionados à ausência recuperabilidade de ativos financeiros.

Os passivos financeiros não derivativos são todos mensurados pelo custo amortizado.

Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente mensurados pelo valor justo mensalmente até a data de encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período no resultado financeiro.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

3.5. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

3.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Intangível em construção

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações financeiras.

3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.9. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.10. Provisões

Provisão para manutenção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção, conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 é registrada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia sendo parte de processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, constituirá provisões para todos os processos judiciais, os quais são prováveis uma saída de recursos para liquidar as contingências/obrigações. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação da probabilidade de advogados externos. As provisões serão revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.11. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo intangível e no passivo como arrendamento mercantil, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo intangível são amortizados pelo prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. Os juros implícitos no passivo reconhecido de arrendamento mercantil são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

3.12. Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A demonstração do valor adicionado, apesar de não requerida pelo IFRS, é obrigatória para as companhias abertas no Brasil. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período.

continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos vinte e sete anos (período remanescente do atual contrato de concessão) e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Em 31 de dezembro de 2018, não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3.14. Novos pronunciamentos

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2018, incluindo o CPC 47 - Receitas de contratos com clientes (IFRS 15) e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). A adoção destes pronunciamentos não implicou em mudanças significativas nas demonstrações financeiras, exceto por:

➢ reclassificação do intangível em construção, demonstrado na nota explicativa 09. Os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como intangível em construção, pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (intangível em construção) para intangível da concessão.

À Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das principais novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento Vigência	Descrição	Vigência
CPC 06 (R2) – IFRS 16 Arrendamento mercantil	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento. Os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.
- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro	A interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia pretende adotar as novas normas e/ou alterações na data de vigência requerida com base no método aplicável a cada pronunciamento podendo ser sua apresentação de forma retrospectiva ou prospectiva.

Para as modificações aplicáveis a partir de 2019, não há expectativa que interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro impacte as demonstrações financeiras da Companhia.

Para o IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, a Companhia avaliou os possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras, conforme demonstrados abaixo.

3.14.1 CPC 06 (R2) – Operações com Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu os normativos contábeis internacionais IAS 17, IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27. No Brasil, a norma correlata é o CPC 06 (R2). Este novo normativo estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo de balanço, similar à contabilização dos arrendamentos financeiros conforme a IAS 17.

O CPC 06 (R2) é efetivo para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por adotar a nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019, pelo método retrospectivo modificado, com efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento com ajuste ao saldo de abertura de prejuízos acumulados na data da aplicação inicial.

A Companhia pretende optar por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

A Companhia realizou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2) sobre suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018. Em resumo, espera-se que o impacto da adoção dessa norma seja:

Ativos	R\$
Direito de uso	15.016
Passivos	R\$
Passivo de arrendamento	(15.016)

A Companhia utilizou o expediente prático previsto no CPC 06 (R2) de reconhecer o passivo de arrendamento na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17), mensurando este passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre os empréstimos do arrendatário, ou a taxa implícita no arrendamento quando aplicável, na data da adoção inicial. Adicionalmente reconheceu o ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e mensurou este ativo de direito de uso ao valor equivalente do passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Impacto na demonstração do resultado de 2018:

Demonstração do resultado	R\$
Despesas operacionais evitadas com nova norma de arrendamento	6.071
Despesas de depreciação e amortização com arrendamento	(7.301)
Lucro operacional:	(1.230)
Despesas financeiras juros e atualização monetária de arrendamentos	(1.727)
Resultado do lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda	(2.957)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Indexador	Natureza	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades (i)		3.172	12.602
Aplicações financeiras (ii)	60% a 100% Aplicação automática do CDI	12.303	3.182
		15.475	15.784

(i) Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 os recursos referem-se substancialmente a montantes custodiados pela transportadora de valores.

(ii) Refere-se a aplicações financeiras de curto prazo, lastreadas ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Clientes e operações a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Arrecadação pedágio (i)		
Vale pedágio	846	975
Pedágio eletrônico	14.553	14.049
Uso da faixa de domínio	112	1
	15.511	15.025

(i) Os recursos referem-se a operações a receber de cartões de pedágio, denominados como moeda eletrônica. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, havendo a possibilidade de antecipação conforme necessidade da Companhia, mediante taxa de desconto acordada com as operadoras.

6. Adiantamentos diversos

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos a fornecedores (i)	849	1.780
Adiantamentos a funcionários	106	82
	955	1.862

(i) A Companhia antecipou recursos financeiros aos fornecedores para prestação de serviços e pagamento antecipado na compra de mercadorias. Estes adiantamentos serão compensados à medida que as mercadorias e serviços forem entregues e/ou prestados;

7. Despesas antecipadas

	31/12/2018	31/12/2017
Gastos com apólices de seguros (i)	1.730	3.009
Outros	-	11
	1.730	3.020
Circulante	1.568	1.937
Não circulante	162	1.083

(i) Seguros contratados para riscos operacionais e de engenharia, com vencimento variando entre um e seis anos sendo amortizados pelo prazo da vigência do contrato.

8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, respeitando a política de compras estipulada pela Companhia, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Partes relacionadas	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativo intangível	Fornecedores	Contas a pagar	Ativo intangível	Fornecedores	Contas a pagar
Construtora Triunfo S.A. (i)	48.707	-	-	74.824	10.918	-
CT Vias – Centro Tecnológico de Infraestrutura Ltda. (ii)	-	-	258	-	-	-
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (iii)	-	-	37.640	-	-	31.979
	48.707	-	37.898	74.824	10.918	31.979

continua...



...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

i. Valores referentes a fornecimento de serviços e adiantamentos conforme previsto no contrato de empreitada integral, a preço global, para obras, serviços e fornecimentos necessários ao desempenho dos itens de trabalhos iniciais, recuperação e manutenção e ampliação de capacidade e melhorias constantes no Programa de Exploração da Rodovia (PER) do Contrato de Concessão firmado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Companhia. O contrato possui valor total de R\$3.600.000, com previsão de adiantamentos na ordem de 5% do montante total. O contrato possui o prazo de vigência de cinco anos. A Construtora Triunfo S.A. e a Companhia estão sob controle comum. A operação está coberta por carta de garantia fidejussória emitida pela THC – Triunfo Holding de Construções Ltda., controladora direta da Construtora Triunfo S.A.

ii. Valores referentes a fornecimento de serviços conforme previsto no contrato 004/2018 entre as partes no valor de R\$1.949, sem prazo definido, para execução de serviços de avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento, avaliação dos elementos rodoviários de sinalização vertical e horizontal e de proteção e segurança, bem como, levantamento das condições de aderência do pavimento, proposições de soluções e previsões de desempenhos de pavimentos em atendimento ao estabelecido no programa de exploração da rodovia (PER). A CT Vias e a Companhia possuem a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A como controladora em comum.

iii. Valores referentes ao saldo de prejuízo fiscal transferido pela TPI para abatimento dos saldos de parcelamentos de impostos, no valor de R\$19.398, líquido do desconto da adesão, conforme contrato de Cessão de crédito firmado entre as partes se valores relacionados a serviços compartilhados de acordo com rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas da holding TPI, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo e outras despesas compartilhadas.

9. Intangível e Intangível em Construção

	Intangível				Total	Intangível em construção
	Intangível em serviço (i)	Provisão para manutenção	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores (ii)		
Saldo em 31/12/2016	1.194.618	68.954	119.759	80.903	1.464.234	-
Construções/aquisições	8.567	-	46.080	24.400	79.047	-
Compensações(iii)	-	-	53.492	(53.492)	-	-
Transferência	37.344	-	(61.850)	24.506	-	-
Saldo em 31/12/2017	1.240.529	68.954	157.481	76.317	1.543.281	-
Adoção inicial CPC 47/IFRS 15	-	-	-	(76.317)	(76.317)	76.317
Construções/aquisições/adições	-	-	45.908	-	45.908	27.851
Compensações	-	-	54.462	-	54.462	(54.462)
Transferência	257.851	-	(257.851)	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	1.498.380	68.954	-	-	1.567.334	49.706
Saldo em 31/12/2016	(28.241)	-	-	-	(28.241)	-
Amortização	(25.258)	-	-	-	(25.258)	-
Saldo em 31/12/2017	(53.499)	-	-	-	(53.499)	-
Amortização	(43.779)	-	-	-	(43.779)	-
Saldo em 31/12/2018	(97.278)	-	-	-	(97.278)	-
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2017	1.187.030	68.954	157.481	76.317	1.489.782	-
Saldo em 31/12/2018	1.401.102	68.954	-	-	1.470.056	49.706
Taxa de amortização	2% a	-	-	-	-	-
	4,5% a.a.	-	-	-	-	-

(i) Do montante de ativo intangível em serviço, R\$761.157, são oriundos do contrato de empreitada global entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A. Do montante do ativo em serviço R\$ 2.176 são oriundos do contrato de prestação de serviços entre a Companhia e a CT Vias.

(ii) Para atendimento à nova norma, CPC 47/IFRS 15 – Receitas de contratos de clientes o valor dos adiantamentos foi reclassificado para o intangível em construção, conforme nota explicativa 3.14. O valor é representado pelos adiantamentos a fornecedores, principalmente por atendimento à cláusula contratual junto à parte relacionada, Construtora Triunfo S.A., no montante de R\$48.707 e outros fornecedores no montante de R\$999. O ativo intangível em serviço está assim representado:

	Instalações, edificações e dependências	Pistas, acostamentos e acessos	Canal, faixa de domínio	Drenagem e obras de arte correntes	Sistemas e infraestrutura de rádio comu-nicação	Outros ativos em ser-vice	Total	
								Sinali-zação
Saldo em 31/12/2016	616.032	355.690	62.870	60.747	14.523	33.769	50.987	1.194.618
Construções/aquisições	-	-	-	-	-	-	8.567	8.567
Transferência/baixas	(4.331)	35.340	-	-	367	-	5.968	37.344
Saldo em 31/12/2017	611.701	391.030	62.870	60.747	14.890	33.769	65.522	1.240.529
Transferência	7.340	239.298	-	-	1.629	(33)	9.617	257.851
Saldo em 31/12/2018	619.041	630.328	62.870	60.747	16.519	33.736	75.139	1.498.380
Saldo em 31/12/2016	(13.463)	(7.466)	(1.414)	(1.276)	(263)	(727)	(3.632)	(28.241)
Amortização	(12.455)	(7.962)	(1.280)	(1.237)	(302)	(687)	(1.335)	(25.258)
Saldo em 31/12/2017	(25.918)	(15.428)	(2.694)	(2.513)	(565)	(1.414)	(4.967)	(53.499)
Amortização	(20.907)	(14.462)	(2.123)	(2.052)	(558)	(1.139)	(2.538)	(43.779)
Saldo em 31/12/2018	(46.825)	(29.890)	(4.817)	(4.565)	(1.123)	(2.553)	(7.505)	(97.278)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2017	585.783	375.602	60.176	58.234	14.325	32.355	60.555	1.187.030
Saldo em 31/12/2018	572.216	600.438	58.053	56.182	15.396	31.183	67.634	1.401.102

Como a Companhia tomou empréstados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As taxas utilizadas referem-se às mesmas dos empréstimos tomados, divulgadas na Nota 11.

As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2014. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve capitalizações (R\$4.175 foram capitalizados no ano de 2017).

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos à análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As principais premissas chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio de tráfego, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital, consoante ao pleito da revisão quinzenal. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

10. Fornecedores

Tipo de fornecedor	31/12/2018	31/12/2017
Construção civil	4.690	6.639
Aquisição de intangível	679	1.396
Manutenção de frota	431	1.045
Manutenção e conservação	418	198
Projetos	258	2.642
Serviços de operação	3.919	2.560
Serviços de transporte	117	110
Provisão para juros/multa de mora	2.100	1.804
Provisão de despesas	242	226
Outros	960	1.395
	13.814	18.015

11. Empréstimos e financiamentos

Banco	Garantia	Indexador	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
BNDES	Fiança, penhor e recebíveis	TJLP + 2% a.a.	Dez/2016	952.059	773.772
(Empréstimo ponte)	BB	Fiança, penhor CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	28.732	89.889
(Empréstimo ponte)	BDMG	Fiança, penhor CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	17.212	53.962
(Empréstimo ponte)	BDMG	Aval	CDI + 2,5% a.a.	13.338	24.457
(Cédula bancária)	controladora + recebíveis			1.011.341	942.080
Circulante				1.011.341	853.870
Não circulante				-	88.210

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras.

Em 28 de julho de 2014, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela de recursos do empréstimo-ponte com o BNDES, no montante de R\$300.000. O empréstimo ponte venceu no dia 15 de dezembro de 2016, conforme descrito na Nota Explicativa 1 e a Companhia encontra-se inadimplente. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "Covenants". Em 02 de janeiro de 2017, o BNDES acionou as garantias das fianças bancárias emitidas pelo Banco do Brasil ("BB") e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG") vinculados a liberação da 3ª tranche, no montante inicial de R\$160.000. Os valores foram honrados nos dias 05 e 10 de janeiro pelo BDMG e BB. Em 23 de janeiro de 2017, foi formalizada, entre estas instituições financeiras e a Companhia, um novo acordo para pagamento dos valores afindados mediante retenção de percentual da receita bruta mensal, correspondente a 24% até junho de 2017 e 27% a partir desta data, com prazo máximo de 36 meses.

Em 30 de janeiro de 2017 foi protocolado pelo BNDES uma ação de execução por quantia certa na 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com a cobrança do pagamento imediato da dívida total, líquida da parte honrada pelos fiadores.

Em 03 de fevereiro de 2017, na mesma Vara Federal, foi protocolado petição inicial por parte da Companhia, com distribuição por dependência ao processo encaminhado pelo BNDES, requerendo a suspensão do vencimento da dívida até que uma das seguintes alternativas seja determinada: (i) o BNDES conceda a Companhia o financiamento de longo prazo, e efetue o desembolso da primeira parcela do mesmo; (ii) as partes negociem os termos do financiamento e cheguem a bom termo, com a formalização deste consenso; ou (iii) na impossibilidade de ambos, ocorra o trânsito em julgado da sentença que determine o reequilíbrio contratual da relação jurídica travada entre as partes.

Em 08 de fevereiro de 2017, foi indeferida a tutela judicial de urgência requisitada na petição inicial protocolada no dia 03 de fevereiro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontra-se em tratativas das cláusulas contratuais e negociações a serem repactuados para conclusão da renegociação do saldo devedor junto ao BNDES.

A Companhia também captou recursos por meio de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") junto ao BDMG no dia 2 de setembro de 2015, no valor de R\$25.000, com carência inicial de 3 meses. O empréstimo venceu em 15 de dezembro de 2016 e foi renegociado um novo de 36 meses com 6 meses de carência para início da amortização dos juros em janeiro/2017, forma de amortização SAC. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "Covenants".

12. Salários e obrigações trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar	2.003	2.313
Encargos sociais e previdenciários	1.156	1.385
Provisão para férias	3.775	3.764
Gratificações e participações a pagar	3.536	2.513
Outros	103	-
	10.573	9.975

continua...



...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

13. Obrigações fiscais

	31/12/2018	31/12/2017
PIS	238	654
COFINS	1.094	1.674
INSS	136	331
IRRF	43	41
CSRF	-	701
CSLL	63	-
ISS	22.605	23.016
Parcelamentos	905	3.139
	25.084	29.556

a) Parcelamentos

Em 29 de maio de 2017 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária – PRT, instituído em 04 de janeiro de 2017 pela Medida Provisória nº 766 e regulamentada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil através da Instrução Normativa RFB nº 1.687 de 31 de janeiro de 2017. Nesse programa foram incluídos saldos de impostos próprios sobre o faturamento de competência de setembro de 2016, bem como os impostos retidos de terceiros (PIS, COFINS, IRRF e CSLL) atrasados de 2014 a 2016 e o parcelamento ordinário já existente. O montante elegível à adesão, vencido até 30 de novembro de 2016, totalizou no principal de R\$18.566 que, atualizado pela Selic, resultou no montante de R\$19.905 em maio de 2017. Desse saldo, 76% foi liquidado com prejuízo fiscal da TPI e o restante parcelado em 24 meses. Em 29 de maio de 2018 a Concebra obteve a consolidação da dívida pela Receita Federal do Brasil, restando até 31 de dezembro de 2018 um saldo devedor conforme quadro abaixo:

31/12/2018				
PIS	COFINS	IRRF	CSLL	Total
124	571	46	164	905
124	571	46	164	905

14. Outras obrigações

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para compromissos do contrato de concessão	4.352	4.352
Seguros a pagar	-	67
Provisões de despesas	-	226
Outros	-	12
	4.352	4.657

15. Provisão para manutenção

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao ano de 2021 a 2024, descontado pela taxa WACC de 7,53% a.a. conforme quadro abaixo:

	31/12/2017	Constituição a valor presente	Recompensação AVP	31/12/2018
Pavimentação de pistas, acostamentos e acessos	147.563	27.764	10.987	186.314
Canteiro central/faixa de domínio	565	99	39	703
Obras de arte especiais	2.839	534	211	3.584
Terraplenagem e estruturas de contenção	373	73	29	475
Drenagem/obras de arte correntes	9.199	1.730	685	11.614
Sinalização	27.519	5.185	2.052	34.756
Outros	130	22	9	161
	188.188	35.407	14.012	237.607

Após o início das atividades de cobrança de pedágio, a Companhia iniciou o reconhecimento da provisão para manutenção sobre as obras já entregues. No resultado do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, foi reconhecido o valor de R\$35.407 no grupo de custos dos serviços prestados e R\$14.012 como ajuste a valor presente no grupo de despesas financeiras.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é representado por 380.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ação

O cálculo básico e diluído de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, consequentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	31/12/2018	31/12/2017
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(64.588)	(70.703)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico e diluído	380.000.000	380.000.000
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	(0,169)	(0,186)

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2018, a Companhia recebeu recursos no montante de R\$22.750 da acionista TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo") a título de adiantamento para futuro aumento de capital totalizando o montante de R\$49.450 até 31 de dezembro de 2018 (R\$26.700 até 31 de dezembro de 2017), com objetivo de convertê-lo em capital social e, portanto, sem possibilidade de devolução.

17. Receitas operacionais, líquidas

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas:		
Receita de pedágios	387.202	385.482
Receita de construção	97.029	93.050
Outras receitas	20	-
	484.252	478.532
Impostos sobre faturamento:		
(-) PIS sobre faturamento	(2.517)	(2.506)
(-) COFINS sobre faturamento	(11.616)	(11.564)
(-) ISS sobre serviços prestados	(19.320)	(19.274)
	(33.453)	(33.344)
Receita operacional líquida	450.798	445.188

A Companhia registrou receita de construção no montante de R\$97.029 (R\$93.050 em 2017) dos ativos da concessão medidos e realizados no ano findo em 31 de dezembro de 2018 que contempla aproximadamente 2,6%, a título de margem, sobre os custos de construção incorridos no ano.

18. Custos dos serviços prestados e de construção

	31/12/2018	31/12/2017
Duplicação de pista e pavimentação	(84.443)	(122.126)
Edificações operacionais	(6.248)	(6.037)
Custos com empréstimos	-	(4.175)
Roçada e poda vegetal	(3.246)	(25.765)
Folha de pagamento	(48.954)	(36.015)
Elementos de sinalização e proteção	(828)	-
Projetos	(1.883)	(3.466)
Seguros	(240)	-
Sistema de infraestrutura telefônica, radiocomunicação e televisão	(1.531)	(3)
Desapropriações para benfeitorias	-	(120)
Serviços tomados (a)	(45.495)	(31.316)
Custos contratuais (b)	(16.589)	(17.868)
Amortização (c)	(42.021)	(21.102)
Provisão para manutenção	(35.407)	(38.480)
Outros (d)	(30.204)	(19.696)
	(317.089)	(326.169)

Custo de construção	(94.570)	(90.692)
Custos dos serviços prestados	(222.519)	(235.477)

(a) Substancialmente composto por serviços de reparo da rodovia, conservação e manutenção e socorro médico.

(b) Substancialmente composto por gastos relativos a seguro relacionado a obra, verbas (ANTT) de fiscalização, aparelhamento e prevenção de acidentes.

(c) Em 2018 a Companhia efetuou a revisão da projeção sua curva de tráfego e o impacto da revisão ocasionou no aumento da amortização mensal do ativo intangível.

(d) Substancialmente composto por serviços e materiais necessários para a prestação do serviço, tais como gastos com a manutenção da frota de veículos e radares, energia elétrica e comunicação de dados.

19. Despesas administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Prestadores de serviços	(2.750)	(3.958)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.146)	(1.285)
Provisões para demandas judiciais	(994)	(1.515)
Despesas gerais (*)	(7.922)	(7.272)
Outros	-	(584)
	(12.812)	(14.614)

(*) substancialmente composta por gastos com rateio de despesas compartilhadas da controladora e gastos fixos como água, energia e internet.

20. Salários e encargos sociais

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e remunerações	(4.722)	(4.355)
Encargos sociais e trabalhistas	(2.453)	(3.437)
Benefícios	(1.531)	(1.393)
Outras despesas com pessoal	(28)	(44)
	(8.734)	(9.229)

21. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

	31/12/2018	31/12/2017
Diretoria e conselho	2.104	2.119
Encargos e benefícios	733	761
Participação no resultado-PLR	788	1.048
	3.625	3.928

22. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está assim composto:

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	163	277
Rendimento sobre aplicações financeiras	374	167
	537	444

continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Despesas financeiras:

Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(86.558)	(65.401)
Juros de mora - BNDES(i)	(102.420)	(113.120)
AVP provisão para manutenção	(14.012)	(10.321)
Juros sobre obrigações com fornecedores	(880)	(1.804)
Juros e multa sobre obrigações fiscais	(705)	(3.708)
Despesas bancárias	(493)	(443)
Outros	(452)	(677)
	(205.520)	(195.474)
	(204.983)	(195.030)

(i) Representado por provisão de juros de inadimplência referentes ao empréstimo com BNDES, vencido desde o dia 15 de dezembro de 2016.

23. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

i) **Ativo**

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízos fiscais e base negativa	41.972	25.691
Provisão para manutenção	60.079	40.538
Diferenças temporárias	729	2.443
	102.780	68.672

ii) **Passivo**

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo		
Imposto de renda e contribuição social		
Custos de empréstimos	13.389	13.389
Margem de construção	8.854	8.018
Outros	4.180	4.180
	26.423	25.587

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 10 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

Segue expectativa de realização, considerando o saldo líquido:

	Compensações (R\$)
2019	6.866
2020	13.583
2021	14.969
Entre 2022 e 2024	40.939
	76.357

b) **Resultados do ano**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são demonstrados abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Diferido		
Imposto de renda	24.621	26.216
Contribuição social	8.651	9.446
	33.272	35.662

O demonstrativo da apuração da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(97.860)	(106.365)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	33.272	36.164
IRPJ/CSLL sobre itens de adições (exclusões):		
Margem de construção (diferença temporária)	836	792
Provisão para manutenção	(19.541)	(16.592)
Custo com empréstimo	-	1.420
Constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(18.705)	(14.380)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal	(16.281)	(20.678)
Outras adições e exclusões (provisões)	1.714	(60)
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do ano	(33.272)	(35.662)
Alíquota efetiva	34%	34%

A movimentação dos saldos patrimoniais segue abaixo:

Movimentação:	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Saldo em 31/12/2018
IRPJ/CSLL diferidos – Ativo	68.672	34.108	102.780
IRPJ/CSLL diferidos – Passivo	(25.587)	(836)	(26.423)
	43.085	33.272	76.357

24. Provisões para demandas judiciais

A Companhia está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas, levando em consideração a opinião de seus consultores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$3.808 (R\$3.448 em 31 de dezembro de 2017).

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhista (a)	1.492	1.838
Cível (b)	527	527
Tributárias (c)	1.789	1.083
	3.808	3.448

(a) As principais causas trabalhistas têm origem em solicitações de horas extras, horas *in itinere*, adicional de salubridade e periculosidade, responsabilidade subsidiária e vínculo empregatício;

(b) As principais causas cíveis têm origem em solicitações de ressarcimento dos usuários quanto a sinistros ocorridos na faixa de domínio nas rodovias e em execução de títulos;

(c) Referente a liminar para exclusão dos valores de ISS da receita bruta na base de cálculo do PIS e COFINS.

Há ainda outras causas judicializadas de natureza trabalhista e cível em andamento, nos montantes aproximados de R\$12.891 e R\$13.821 (R\$13.240 e R\$39.772 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente, para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos consultores jurídicos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, encontram-se em andamento processos administrativos no âmbito regulatório junto ao órgão regulador (ANTT) relativos a pedido de ressarcimento da Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) no montante de R\$ 5.670 relativo a estudos ambientais realizados e o auto de infração referente à não contratação/renovação do seguro garantia no montante de R\$ 4.500, ambos considerados pelos consultores jurídicos da Companhia com risco de perda possível.

25. Cobertura de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro na modalidade Seguro Garantia - Fiança com o objetivo de garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

Marcos contratuais	Valor da importância segurada em R\$	Prazo de vigência
Risco de responsabilidade operacional	Não renovado	N/A
Danos materiais	2.349.132	Mar/18 a mar/19
Risco de engenharia	10.000.000	Mar/18 a mar/19
Perda de receita	54.256.575	Mar/18 a mar/19
Risco de engenharia – duplicação	2.792.398	Abr/14 a abr/20

Em 31/01/2018 houve o término da vigência da apólice de seguro para garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Pelo descumprimento da obrigação de contratar ou manter atualizadas as apólices de seguro, a ANTT poderá aplicar penalidades, conforme regulamentação. No trimestre findo em 30 de junho de 2018 a ANTT notificou a Companhia quanto a não renovação da apólice de responsabilidade operacional.

O risco de perda dessa causa, avaliado pela Administração da Companhia e assessores jurídicos, foi determinado como expectativa de perda possível, conforme divulgado na Nota 24. A Administração entende que esse risco está minimizado com o pleito de revisão quinquenal protocolado junto a ANTT. A solução que trará a revisão quinquenal, com um novo cronograma de obras, será, a medida em que for consenso entre as partes (Concebra e ANTT), subsídio fundamental para a recontração do Seguro Garantia.

26. Compromissos com a concessão

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

Compromissos Contratuais:

	2019	2020	2021 a 2044	Total geral
Compromissos futuros:				
Recuperação da rodovia	65.308	-	26.712	92.020
Obras de arte	91.128	91.128	-	182.256
Obras de ampliação e melhorias	765.656	288.513	747.796	1.801.965
Manutenção da rodovia	-	-	2.724.520	2.724.520
Obras de ampliação e melhorias	-	-	1.239.034	1.239.034
Obras civis aplicação e melhorias	50.000	-	50.000	150.000
Obras civis lançamento de fibra óptica	-	-	20.000	20.000
Gestão ambiental	23.276	23.276	78.354	124.906
Sistemas e equipamentos	2.229	-	207.061	209.290
Edificações	-	-	114.795	114.765
Veículos	6.953	1.540	49.690	58.183
Projetos/Ensaio/Estudos	1.962	1.964	151.321	155.247
Desapropriações	34	13	6.915	6.962
	1.006.546	406.434	5.416.198	6.879.148
Outros compromissos				
Complemento contorno Goiânia	-	-	100.000	100.000
Retorno em nível	17.697	17.697	17.697	53.091
Obra de acesso ao aeroporto de Goiânia	-	-	25.000	25.000
	17.697	17.697	142.697	178.091
	1.024.243	424.131	5.558.895	7.057.239

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

(i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;

(ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;

(iii) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de interseções.

O cumprimento dos compromissos com a concessão, projetados de acordo com o contrato inicial, previstos para o exercício de 2018 foram realizados parcialmente, totalizando aproximadamente R\$71 milhões de reais. Isso ocorreu devido às condicionantes relacionadas à obtenção de recursos financeiros, descritas na nota 01 – Contexto Operacional. A Companhia espera que, com a revisão quinquenal do contrato, prevista para 2019, os compromissos sejam reequilibrados, conforme tabela abaixo:

continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Compromissos propostos para revisão quinzenal:

	2019	2020	2021	2022 a 2044	Total geral
Compromissos futuros:					
Recuperação da rodovia	51.243	35.529	55.292	782.183	924.247
Obras de arte	33.678	31.271	24.653	582.234	671.836
Obras de ampliação e melhorias	149.391	150.421	180.347	2.381.465	2.861.624
Manutenção da rodovia	43.056	44.778	46.457	1.630.781	1.765.072
Outras obras de aplicação e melhorias	20.882	21.717	22.531	23.376	88.506
Obras civis lançamento de fibra óptica	6.415	3.503	-	-	9.918
Gestão ambiental	3.603	4.571	2.503	54.661	65.338
Sistemas e equipamentos	2.564	4.593	5.647	42.884	55.688
Edificações	-	1.924	3.973	123.193	129.090
Veículos	1.626	2.616	-	76.799	81.041
Projetos/Ensaios/Estudos	3.337	3.470	3.600	31.402	41.809
Desapropriações	5.382	45	19	9.177	14.623
	321.177	304.438	345.022	5.738.155	6.708.792

Outros compromissos

Complemento contorno Goiânia	-	-	36.284	198.316	234.600
Retorno em nível	8.350	14.695	-	91.842	114.887
	8.350	14.695	36.284	290.158	349.487
	329.527	319.133	381.306	6.028.313	7.058.279

Os valores dos compromissos acima consideram os fluxos futuros previstos baseados nas previsões dos índices de inflação até o fim da concessão. Conforme mencionado na Nota Explicativa 14, os compromissos previstos no contrato de concessão relativos à verba de fiscalização, perfazem o seguinte montante (valores nominais):

Ano	Verba de fiscalização
2019	10.404
2020 até 2044	249.696
	260.100

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- Aplicações financeiras - são classificadas como equivalentes de caixa.
 - Arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos - são mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros incorridos até a data do balanço.
 - Contas a receber - são classificadas como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas demonstrações financeiras.
 - Contas a pagar - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica.
- A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três

tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de

insuportos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2018 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

a) Risco de taxas de juros

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) Risco de preço e valor de mercado

A estrutura tarifária planejada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

c) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quando a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importante ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato específico, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. O limite de crédito das contrapartes é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia para cada operação financeira realizada pela Companhia. Esse procedimento foi estabelecido a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez.

f) Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia são registrados pelo valor justo (Nível 1), utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação.

Gestão do capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.

Análise de sensibilidade

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente ao contrato firmado junto ao BNDES que possui taxa fixa de 2% a.a. acrescida da TJLP.

Os CPC's 39, 40 e 48, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2018, foram estimados 3 (três) cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 31 de dezembro de 2018, definimos o cenário provável para os próximos 12 meses (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos dos contratos programados. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices de correção para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade em cada cenário.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados, apurando-se o impacto nas despesas financeiras nos próximos 12 meses, conforme segue:

Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações – 98,5% CDI	12.303	12.303	12.303
Receita financeira projetada	778	973	1.167
Variação	-	195	389
BNDES - TJLP + 2% a.a.	952.059	952.059	952.059
Despesa financeira projetada	85.495	102.108	118.722
Variação	-	16.613	33.227
BB - PONTE - CDI + 2,5% a.a.	28.732	28.732	28.732
Despesa financeira projetada	2.563	3.024	3.485
Variação	-	461	922
BDMG - PONTE - CDI + 2,5% a.a.	17.212	17.212	17.212
Despesa financeira projetada	1.535	1.812	2.088
Variação	-	276	553
BDMG – CCB - CDI + 2,5% a.a.	13.338	13.338	13.338
Despesa financeira projetada	1.190	1.404	1.618
Variação	-	214	428

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem da posição de endividamento em 31 de dezembro de 2018, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
Goiânia – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, onde indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$64.588 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$1.070.046 mil. A Companhia necessita obter recursos financeiros significativos de seus acionistas ou de terceiros, para cumprir com os

continua...

...continuação

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

compromissos assumidos com o programa de concessão, conforme descrito na Nota Explicativa 26 e com as instituições financeiras contratadas. Conforme apresentado na Nota Explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida Nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Investigação em andamento

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. instaurou Comitê Independente para coordenar investigações internas com o propósito de prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre os mandados de busca e apreensão, cumpridos pela Polícia Federal, na sede da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda., ocorridos em 22 de fevereiro e 26 de setembro de 2018. As ações para a investigação pelo Comitê Independente ainda se encontram em andamento e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes deste processo de investigação interno, bem como pelas autoridades públicas sobre a controladora TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e suas investidas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Ênfases”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade do ativo intangível

Conforme descrito na nota explicativa 9, a Companhia possui R\$1.519.762 mil registrado na rubrica do ativo intangível e intangível em construção. A Companhia reconhece e mantém esses ativos registrados na medida em que haja indicativos de que os mesmos sejam integralmente recuperáveis ao longo da vida útil com base nos fluxos de caixa futuros descontados. A Administração avaliou a recuperabilidade desses ativos por meio da elaboração de projeções de fluxo de caixa futuro do período de concessão utilizando premissas subjetivas e julgamentos nos cálculos das projeções. Existe o risco de que as premissas utilizadas pela Administração estejam inapropriadas e, conseqüentemente, conclusões sobre a necessidade de ajustes ao valor recuperável podem estar incorretas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialistas em avaliação para nos auxiliar a avaliar as premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, como curva de tráfego projetada até o final do prazo da concessão, tarifas de pedágio e o desempenho futuro da economia brasileira.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à recuperabilidade do ativo intangível.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste recuperabilidade do ativo intangível, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.6 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos indevidos no ativo intangível de concessão

A mensuração do ativo intangível é afetada por elementos subjetivos, devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de despesas no ativo intangível como área significativa de auditoria. As divulgações deste item estão incluídas nas notas explicativas 3.6 e 9 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos critérios de capitalização de ativo intangível das concessões; (ii) testes sobre as adições ao ativo intangível de concessões em base amostral, incluindo análises com a área de engenharia; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.6 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As divulgações deste item estão incluídas nas notas explicativas 8 e 9 às demonstrações financeiras.

Avallamos as transações com partes relacionadas em dos principais assuntos de auditoria considerando a possibilidade de que ocorram transações que não estejam acordados ou registradas por valores adequados, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas com partes relacionadas durante o exercício de 2018; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações com partes relacionadas mais relevantes, incluindo a inspeção de contratos, revisão dos controles e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações com partes relacionadas pelo Conselho de Administração de acordo com a política da Companhia; e (iv) realização de procedimentos de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas nas notas explicativas acima mencionada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que a política de transações com partes relacionadas adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 8 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está concluída com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 27 de março de 2019.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-1SP015199/O-6

Wagner dos Santos Junior
Sócio – Contador CRC-2SP-216386/O-T

Protocolo 122708